

Economista: Desaquecimento começa

29 MAR 1987

SÉRGIO COSTA

O GLOBO

Economia

Foto de Fernando Maia



Acordo com os credores preocupa Domingos Rodrigues

A volta ou não de um ciclo recessivo no Brasil vai depender do programa de ajuste econômico a ser determinado pelo Governo, nas negociações de sua dívida externa. A análise é do economista Domingos Rodrigues, do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (Ibmec). Ele afirma que se a forte desaceleração verificada nas vendas do comércio e na produção industrial, nos dois primeiros meses desse ano, ainda não confirmam a recessão, "já representam um grau de desaceleração bastante preocupante, para nossa economia".

Classificando a crise cambial, com a queda das reservas brasileiras, como uma das maiores coincidências entre o momento atual e o que antecedeu a recessão de 1981/1983, o economista acredita que a adoção de um programa semelhante ao daquele período — sob orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), com o objetivo de gerar superávits comerciais suficientes para pagar os juros da dívida externa — com medidas clássicas como a compressão dos salários, vai impedir que a economia do País, nos próximos dois ou três anos, retome a taxa de crescimento

de 1986, que ficou em 8,2 por cento.

Domingos Rodrigues diz que o termômetro básico para o início de uma recessão está nas vendas do comércio, que, de acordo com os dados do Ministério da Indústria e do Comércio, tem caído bastante desde dezembro. "Isto representa uma queda no poder de compra do assalariado, ou no mínimo uma incerteza por parte dos consumidores, o que de qualquer maneira afeta a economia como um todo. Afinal, o comércio, com suas vendas diminuindo, imediatamente reduz as suas encomendas à indústria, estendendo a desaceleração a outro setor", acrescentou.

As altas taxas de inflação e um inadequado mecanis-

mo de reposição das perdas salariais, representado pelo "gatilho" de 20 por cento, são apontados por Domingos Rodrigues como os dois principais fatores a contribuir para a queda do salário real, nos primeiros meses de 1987. "uma situação, aliás, que se verificava também nos momentos de pré-recessão em 1981".

A indústria, segundo o economista, já vinha experimentando uma desaceleração a partir de junho do ano passado, depois dos primeiros meses do Plano Cruzado. Ele aponta os problemas com fixação de margens de lucro e na aquisição de matérias-primas como os fatores que primeiro determinaram essa diminuição na atividade industrial, "mas que agora está

Os indicadores da desaceleração (em %)

	Nov/86	Dez/86	Jan/87
Indústria	8,0	7,0	6,1
— capacidade ociosa	14,0	15,0	16,0
Comércio	26,7	26,7	17,9
Serv. de Prot.ao Crédito			
— Consultas	4,1	2,1	-24,4
— Inclusões	4,9	5,2	9,4
— Cancelamentos	8,7	6,5	-14,8
Desemprego	2,6	2,2	3,2
Consumo de Energia			
— Indústria	11,8	8,4	13,4
— Comércio	4,3	4,7	13,1

Obs: Os dados referem-se ao crescimento do mês sobre o mesmo mês do ano anterior. Desses principais indicadores, apenas o consumo de energia, tanto por parte da indústria como pelo comércio, indicam uma recuperação, tendo por base o desempenho do mês de dezembro de 1986.

sendo afetada também pela diminuição do salário real da população, reduzindo as encomendas do comércio, e ainda pelos problemas no setor externo, que estão tranquilizando principalmente os empresários mais voltados para a exportação ou com grande dependência de matérias-primas do exterior."

Ele cita dados da Fundação Getúlio Vargas que desmentem as versões oficiais de que a desaceleração da produção industrial se daria basicamente pela utilização quase total da capacidade instalada. As informações das sondagens conjunturais da FGV indicam que, enquanto em 1986 a indústria brasileira chegou a utilizar 86 por cento de sua capacidade, já inicia

o ano de 1987 com um percentual um pouco menor, de 84 por cento, sendo que poucos gêneros conseguiram continuar sustentando o processo de ocupação da capacidade ociosa, entre eles o da construção.

Entretanto, ele admite que outros dados, mas do IBGE, indicam que nem esse setor está escapando do aumento da taxa de desemprego no País, que passou de 2,2 por cento em dezembro para 3,2 por cento em janeiro. A taxa da construção civil passou, no mesmo período, de 2,59 por cento para 3,25 por cento. A da indústria de transformação, de 2,25 para 3,76 por cento em janeiro, a do comércio, de 1,99 para 3,33 por cento e a de serviços, de 1,81 para 2,36 por cento.